

Senhores deputados,

O meu nome é Victor Fortunato e sou estafeta em Portugal. Envio este e-mail pois estou acompanhando o processo dos estafetas na assembleia da república e gostaria de me expressar sobre um problema que está acontecendo por aqui e que ainda não foi discutido.

Enquanto que o senhor Marcel Borges falou bem em relação aos contratos, ele não é exatamente um representante de estafetas. Automeu-se como tal, mas sinceramente não me identifico com as suas políticas.

O que gostava de comentar hoje é sobre os intermediários das empresas de entrega ao domicílio. Talvez por falta de fiscalização, mas estes gestores de frotas representam tudo o que está mal na atividade. Essas frotas promovem o trabalho ilegal, com a ajuda das plataformas que representam. Gostaria de explicar como funciona.

O estafeta tem duas hipóteses para começar a fazer entregas, ou se inscreve diretamente na empresa (Uber, Glovo ou Bolt) e para isso tem de tratar de todos os papéis necessários para começar a atividade (NISS, NIF, abrir atividade nas Finanças) ou então pode fazer através de um intermediário. Neste caso sei que a Uber o faz, não tenho a certeza em relação à Bolt. Para se inscrever como intermediário, o gestor da frota envia um link personalizado para a plataforma Uber e a partir daqui já não é preciso ter a atividade aberta nas finanças. A partir deste momento a empresa de entregas paga diretamente ao intermediário por cada entrega que um estafeta faz, intermediário esse com quem apenas se pode falar pelo whatsapp. O intermediário retira logo uma percentagem pelo seu "serviço" e depois faz a transferência diretamente para o estafeta, sem qualquer recibo.

Gostaria de saber, senhores deputados, é como pretendem controlar esta precariedade? É porque é aqui que ela está! Quando um estafeta trabalha pelo intermediário não tem acesso ao seguro da plataforma nem a qualquer benefício da segurança social. Sim, não paga impostos, mas também acaba por estar ilegal no país. Desde que comecei esta atividade sempre paguei todos os meus impostos em Portugal, seja de segurança social, seja de finanças. Mas a verdade é que olho para o lado e vejo centenas de colegas de profissão que não o fazem.

É bom estarem na lei porque assim podem ser responsabilizados e as plataformas que trabalham assim não os podem utilizar essa via como uma fuga. Mas honestamente, como os intermediários serão fiscalizados? Há alguma lista obrigatória que as plataformas que os utilizam têm de reportar? Eu pessoalmente não quero contrato de trabalho mas, também, quero um pouco de justiça para a atividade.

Com os meus melhores cumprimentos,

Victor Fortunato

Based in Lisbon, Portugal.